

**AMPLIAR SINDICALIZAÇÃO
É O DESAFIO DAS CENTRAIS**

Págs. 8 e 9

Artigo
**NOVO CÓDIGO DE TRABALHO
EXIGE “NOVO SINDICALISMO”**

Págs. 10 e 11

**SUA PROFISSÃO VAI RESISTIR
AO AVANÇO DA TECNOLOGIA?**

Pág. 13

Revista Mundo **Sindical**

EDIÇÃO 10 - NOVEMBRO 2017



REFORMA TRABALHISTA **QUEM PAGA A CONTA?**

**“TRABALHADORES E SINDICATOS
PERDEM PODER DE BARGANHA”**

Antonio Rosella, advogado

Págs. 4 a 6



Mundo Sindical

EDITAIS

Acompanhe a publicação de editais diariamente

Com o advento da Portaria 326/2013 do Ministério do Trabalho, muitos sindicatos foram surpreendidos com o nascimento de novos sindicatos em sua base, pois com a vida atribulada do dirigente sindical na defesa dos interesses da categoria que ele se dispôs a representar, muitas vezes o sindicato só toma conhecimento do fato quando o registro sindical da nova entidade sai publicado no Diário Oficial. Só que aí muitas vezes já é tarde para evitar o transtorno para a categoria, que acaba impossibilitada de fazer uma ação preventiva.

Diante desse fato e da necessidade de informação, é que passamos a oferecer serviço de monitoramento diário dos editais de fundação, eleições, extensão de base, dissídio e outros editais de assembleia publicados nos jornais de grande circulação.

O serviço é feito mediante assinatura por adesão e o sindicato passa a receber diariamente, via e-mail, todos os editais publicados naquele dia, que também fica arquivado em nosso Portal para que possa ser pesquisado e acessado a qualquer tempo.

O valor da assinatura mensal é de apenas R\$ 250,00. Se você tiver interesse em monitorar a sua base diariamente, entre em contato conosco.

Mais Informações

11 5533 2001

editais@mundosindical.com.br



Editorial

Olá amigos,

A quem interessa de fato a **reforma trabalhista**, em vigor a partir de 11 de novembro? Quem vai pagar a conta das mudanças? A edição de novembro/dezembro da nossa revista **Mundo Sindical** tenta responder a estas perguntas. Para isso, ouvimos o advogado **Antonio Rosella**, especialista em relações do trabalho e sindicalismo. Enfático, ele diz não haver ganho algum para os trabalhadores e, menos ainda, para os sindicatos que perderam a contribuição sindical.

Ele também comenta as contestações à reforma que pipocam entre procuradores do **Ministério do Trabalho**, juízes e desembargadores da **Justiça do Trabalho**. Em recente congresso da Anamatra (a associação dos magistrados do Trabalho), em 9 e 10 de outubro, avaliou-se não aplicar parte das novas regras, com o argumento de que violam direitos previstos na Constituição ou em convenções internacionais. Confira nas páginas 4 a 6.

A nova **taxa assistencial** (ou negocial), necessária para a sustentabilidade dos sindicatos e para a manutenção da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, é o tema de reportagens nas páginas 7 a 11. Mais do que nunca, os sindicatos precisam se aproximar de suas bases e ampliar a sindicalização. Ouvimos os presidentes das oito principais centrais sindicais. É unânime o sentimento de repúdio à reforma trabalhista, consolidada na Lei 13.467/1. Não deixe de ler o artigo sobre o novo sindicalismo, do jornalista Marcos Verlane, do

Diap, e a resenha do livro **“A Face Sindical da Reforma Trabalhista”**, recém-lançado.

Há muito mais nesta edição, como as saborosas reportagens das páginas 12 e 13. Uma análise os aplicativos que trazem benefícios para usuários de inúmeras áreas do setor de serviços, mas também causam estragos entre tradicionais categorias profissionais, como a dos motoboys. Empresas de aplicativos de motofrete “estão submetendo a categoria dos motoboys a uma situação precária e de escravidão”, diz o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida Santos. A outra reportagem fala de profissões eliminadas pelo avanço da tecnologia. Outro destaque de nossa edição é a cerimônia de posse do novo presidente do **Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes**, Miguel Torres, com a presença de dezenas de lideranças sindicais e autoridades. Sobre a reforma trabalhista, Torres foi incisivo: “Tudo foi premeditado. O Brasil está sendo vendido e entregue ao poder econômico”.

Por fim, fomos conhecer o **Sindicato Nacional dos Terapeutas Naturistas** e saber como trabalham esses profissionais que contribuem, com suas técnicas, para a solução de muitos problemas de saúde. E não perca nosso **Giro Sindical**, com curiosidades e ações de nossos sindicatos.

Boa leitura!

Sandra Campos
Editora-Chefe

Índice

1 Nossa capa: **Reforma Trabalhista** QUEM PAGA A CONTA?

“Trabalhadores e sindicatos perdem poder de barganha”
Advogado Antonio Rosella



4 Normas trabalhistas enterram direitos dos trabalhadores, penalizam sindicatos e enfrentam resistências no judiciário

7 Reformas devem aproximar mais o sindicato de sua base

8 Ampliar sindicalização, o desafio das centrais

10 Artigo: Novo Código de Trabalho exige “novo sindicalismo”

Marcos Verlane,
jornalista e assessor
parlamentar do Diap



11 Entenda as mudanças

Livro
“A Face Sindical da
Reforma Trabalhista”



12 Aplicativo é bom, mas quanto mais é usado mais gente perde o emprego

13 Será que sua profissão vai resistir ao avanço da tecnologia?



14 Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes:

“Tomamos posse com a consciência do grande desafio que teremos”, diz novo presidente Miguel Torres



16 Santas Mãos - Cuidar de nossa saúde é a missão dos massoterapeutas

17 **Giro Sindical**

Expediente

A Revista Mundo Sindical é uma publicação do Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Os exemplares são distribuídos gratuitamente, não podendo ser vendidos sob nenhuma hipótese.

As reportagens e artigos não podem ser reproduzidos para nenhum fim sem a autorização prévia dos seus autores.

Editora Chefe - Sandra Campos

Redator Chefe - Daniel Wendell

Jornalista Responsável - Manoel Paulo - MTB 48.639-SP

Redação - Manoel Paulo e Carlos Dias

Fotos - Carlos André Silva e Manoel Paulo

Foto de capa - Carlos André Silva

Imagens Ilustrativas - Shutterstock

Editoração, Projeto Gráfico e Finalização - Carlos André Silva

Instituto Nacional de Desenvolvimento e Valorização do Ser Humano

Alameda dos Jurupis, 1005 - Moema - São Paulo - CEP 04088-033 - Telefone: +55 11 5533-2001



NOVAS NORMAS TRABALHISTAS ENTERRAM DIREITOS, SUFOCAM SINDICATOS, REVOLTAM JUDICIÁRIO

Lei 13.467, em vigor a partir de 11 de novembro, cria insegurança jurídica, diz o advogado Antonio Rosella

Se você puser um sapo numa panela com água fervendo, ele vai pular para fora imediatamente. Mas se ele for colocado na água fria, e a chama do fogão for acesa, ele vai se acostumar. A cada grau que subir, o organismo do bichinho vai se adaptar. Mas tudo tem um limite. Quando estiver perto do ponto de fervura, o sapo vai querer saltar para longe, mas vão faltar forças para reagir depois de tantas adaptações. Esgotado, ele vai morrer. Guardadas as devidas proporções, é

mais ou menos isso o que vai acontecer ao trabalhador brasileiro com a reforma trabalhista. A Lei 13.467, sancionada em 13 de julho passado, vigora a partir de 11 em novembro. A nova legislação é alardeada pelo governo (e pelos maiores veículos de comunicação) como uma modernização necessária de uma lei velha e com potencial de gerar empregos, além de flexibilizar as supostamente engessadas relações entre patrões e empregados. Para vários especialistas, no entanto,

o único que vai se tornar mais flexível é o trabalhador – que vai aprender a se curvar mais ainda até não ter, assim como o sapo, forças para reagir. “A lei da Reforma Trabalhista fragiliza a relação de trabalho, pois diminui os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos”, afirma a advogada especialista em direito do trabalho Zilmara Alencar em seu livro “A face sindical da reforma trabalhista”, recentemente lançado (*leia resenha sobre a obra na página 11*).

Segundo ela, as alterações promovidas pela nova lei à CLT “violam diretamente” convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da ONU, das quais o Brasil é signatário e, segundo a Constituição, devem ser respeitadas. Se uma lei as descumpre, portanto, ela é inconstitucional. “O avanço trabalhista, garantido na Constituição, está sendo destruído completamente pelo setor econômico”, acrescenta o juiz do trabalho Jorge Souto Maior, que detectou 201 dispositivos contrários ao trabalhador. “A reforma é um desmonte, não tem base democrática.” Segundo ele, com essa lei “estaremos realmente desistindo do Brasil”. Aos juízes que contestam a lei também se juntaram fiscais do trabalho e procuradores do Ministério Público do Trabalho.

“NENHUM ASPECTO POSITIVO”

Trocando em miúdos, o trabalhador não sabe ainda que foi colocado no fogo. A água ainda está fria, mas cada um desses 201 dispositivos são aparentes detalhes que vão fazer parte da fervura que vem por aí. “De aspecto positivo para o trabalhador eu não consegui ver nenhum. Pelo contrário”, avalia o advogado Antonio Rosella, especialista em direito do trabalho e sindicalismo. De acordo com ele, a nova lei acua o trabalhador e o deixa à mercê do capital, à medida que tudo que o protegia está ferendo na panela política.

Por um lado, a lei tira da Justiça do Trabalho o poder de julgar e arbitrar determinadas situações, deixando o empregado sozinho contra o empregador. Por outro, há uma série de dispositivos que tiram do funcionário direitos específicos conquistados há muito tempo, dei-

xando-o à mercê da negociação direta com o patrão. Por fim, essa nova legislação tira o oxigênio dos sindicatos, que era o imposto sindical. Sem recursos, muitos não conseguirão sobreviver e fazer o seu papel de contrapeso na relação entre o poder do capital e o do trabalho. Existe, porém, a possibilidade de o governo editar uma medida provisória ou apresentar um projeto de lei que crie uma alternativa de receita para os sindicatos, criando uma nova forma de contribuição. Mas, até a conclusão desta reportagem, havia apenas especulações.

A menos de um mês da entrada em vigor da chamada Reforma Trabalhista, Rosella recebeu a Mundo Sindical em seu escritório em São Paulo, onde descreveu o cenário sombrio que se avizinha no horizonte – ou na panela – do trabalhador. Confira:

“EMPREGADOS PAGAM A CONTA DAS MUDANÇAS”

Mundo Sindical – O que há de positivo para o trabalhador na nova legislação trabalhista?

Antonio Rosella – O trabalhador não tem contrapartida nesta legislação. Foi tudo montado para que se aliviasse para o empregador a parte informal da prestação de serviços. De aspecto positivo para o trabalhador, eu não consegui ver nenhum. Pelo contrário: você vai encontrar penalização para o empregado que for à Justiça do Trabalho, por exemplo.

Mundo Sindical – É o caso dos honorários de sucumbência que o trabalhador vai ter que pagar se perder a causa contra a empresa?

Rosella – Isso mesmo... O Supremo Tribunal Federal já considerou inconstitucional essa questão. É uma mudança truculenta, pois vai haver limitação do dano moral aplicado ao empregado. A lei estabelece que o dano moral só pode ser

dimensionado considerando o salário do empregado, dependendo da gravidade do dano moral.



Mundo Sindical – A CLT tem mais de sete décadas. O Brasil precisava de uma reforma justamente agora?

Rosella – Se analisarmos a reforma do ponto de vista do trabalho e do trabalhador, não via e não vejo problemas em se manter a CLT de 1943, porque

na verdade o trabalhador adere ao emprego, necessita dele e entrega sua carteira de trabalho da forma que a realidade de mercado é apresentada a ele. E ele aceita todas as condições impostas pelas próprias circunstâncias. Raramente você vai ver um trabalhador discutir com a empresa as condições do contrato de trabalho dele. Ele adere e aceita o que oferecem a ele. Ela não trazia grandes problemas para o empregador. Pelo contrário, sempre houve algumas garantias para o empregador. A empresa podia mandar embora a hora que bem entendesse, e o trabalhador tinha uma indenização. Na minha ótica, não havia necessidade de aviltar a CLT.

Mundo Sindical – E quem vai pagar conta dessas mudanças?

Rosella – Claro que vai ser a população de empregados. Com o trabalho temporário e o intermitente, com a terceiriza-

ção e a pejotização, por exemplo, o empregador vai fazer o que quiser, como quiser, e nós vamos ter aí uma queda muito grande na receita da Previdência Social, o que é mais um problema. Portanto, a conta vai vir para o bolso do trabalhador, tanto na perda de direitos trabalhistas quanto na Previdência. Não vamos ter criação de novos empregos com essa legislação. Pelo contrário: nós vamos ter um favorecimento muito grande para o setor empresarial. Em vez de formalidade, vai haver mais informalidade ainda. Ou seja, a lei vai precarizar o emprego.

Mundo Sindical – É a formalização do bico?

Rosella – Exatamente.

Mundo Sindical – Além das relações entre patrão e empre-

gado, onde mais o trabalhador perde com a reforma?

Rosella – Veja bem: o Poder Judiciário é independente. Mas o Poder Legislativo aprovou disposições que limitam a atuação do Poder Judiciário trabalhista. Isso é um absurdo. Foi tirado do Judiciário o poder de arbitrar uma solução. A reforma não só elimina o Judiciário do papel de buscar uma solução arbitrada como equipara a dispensa coletiva à individual. O patrão não precisa mais negociar com o empregado. Ele pode mandar embora quantos quiser, 200, 300, 400... Só se houver uma greve nós vamos ver se é possível uma negociação e, mesmo assim, o Poder Legislativo limita a atuação do Judiciário. A lei equipara os conflitos coletivos de trabalho a uma locação, um contrato de compra e venda. Isso é um absurdo na minha

ótica. Além disso, a lei elimina a possibilidade de o Judiciário atuar nos conflitos coletivos ou restringe. Se não elimina, no mínimo restringe.

Mundo Sindical – O jornal Folha de S.Paulo publicou recentemente uma reportagem segundo a qual a Justiça Trabalhista não vai cumprir algumas disposições. Pode isso?

Rosella – Pode e deve. Na minha opinião, alguns dispositivos são inconstitucionais, e nós vamos questionar em casos concretos. Você tem a CLT e a convenção coletiva do trabalho da categoria. As duas se completam. Se o setor patronal se nega a negociar com o sindicato, que tinha meios para discutir em nome do trabalhador, e se o Judiciário tem sua ação limitada em conflitos trabalhistas, o empregado se vê mais isolado.

NOVAS REGRAS TIRAM O PODER DE BARGANHA DOS SINDICATOS

Mundo Sindical – O senhor disse que a precarização do emprego vai ser comum. Disse que a Justiça vai ficar com as mãos atadas em vários casos. E os sindicatos?

Rosella – Em termos gerais, o sindicato não participa mais de nenhuma negociação com a empresa. Se já existem fraudes contra o trabalhador com a lei atual, imagine agora. Não haverá mais fiscalização. O empregado assinará o que derem para ele, e vai haver mais fraudes. Além disso, a extinção da contribuição sindical vai enfraquecer o sindicato.

“Empregado assinará o que derem para ele”

Ele precisa ter uma renda como qualquer outra associação. A única receita que o sindicato tem é a contribuição. Alguns sindicatos em alguns centros de maior porte podem sobreviver. No resto do país vai ser mais difícil (veja quadro). Se o sindicato não tem uma boa estrutura, não faz um bom trabalho, como assistência jurídica. Essa alteração na CLT elimina o poder de barganha que os sindicatos tinham para as negociações.

EM CINCO ANOS, 1 MILHÃO A MENOS DE ASSOCIADOS

O poder de barganha dos sindicatos, que já era difícil, deve se complicar ainda mais com o fim da contribuição sindical. O Brasil tinha 16,87 milhões de trabalhadores sindicalizados em 2016 – 5,6% a menos (cerca de 1 milhão) do que tinha em 2012, quando o contingente, incluindo ativos e inativos, atingia 17,91 milhões. Os números são Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgados pelo IBGE em 18 de outubro.

Percentualmente, a taxa, que era de 13,6% em 2012, recuou para 12,1% em 2016. ●



REFORMAS DEVEM APROXIMAR MAIS O SINDICATO DE SUA BASE

Trabalhador sindicalizado ganha 33,5% mais, aponta estudo de pesquisador do Ipea



As reformas em curso, a começar pela trabalhista, estão mexendo duramente com o mundo do trabalho – o que reforça a necessidade de os sindicatos se aproximarem de suas bases. Mais do que nunca, os trabalhadores precisam sentir que o seu sindicato lhes garante proteção na hora de negociar reajustes salariais e outros direitos e benefícios. E mais! Um estudo coordenado por André Gambier Campos, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) aponta que os trabalhadores sindicalizados ganham, em média, 33,5% mais que os não sindicalizados.

“A melhor maneira de valorizar o sindicato agora é a busca de associados e a melhor resposta ao indesejado enfraquecimento sindical é a adesão renovada dos trabalhadores”, afirma o consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, membro do corpo técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). “Na representação sindical não deve haver uma muralha da China entre associados e não associados, mas um esforço tempestivo de engrossar as fileiras dos sindicalizados”.

É hora de o sindicato mostrar ao trabalhador que um depen-

de do outro – “a sindicalização também reforçará o papel do sindicato, renovando o seu quadro de ativistas e dando resposta coletiva às preocupações e temores individuais dos trabalhadores”, diz Vargas

Netto, alertando ser normal, neste momento, os sindicatos se depararem com um clima de incompreensão e mesmo de antipatia junto às bases. São situações “decorrentes da própria crise, do medo e da desorientação provocados por ela e da poderosa campanha antissindical desencadeada pela mídia (televisão, rádio, jornais e mídias sociais).” Para ele, o fim do imposto sindical, como é apresentado, confunde o trabalhador já acossado pelo desemprego e arrocho salarial.

O estudo de André Gambier Campos, divulgado com exclusividade pelo jornal Valor Econômico em 11 de setembro, traduz a importância de os trabalhadores terem um sindicato forte que os represente. Em seu levantamento, Campos usou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Descobriu que em setembro de 2015, enquanto os trabalhadores não sindicalizados ganhavam, em

média, R\$ 1,675,68, os associados a sindicatos ganhavam R\$ 2,237,86.

As vantagens da sindicalização também se revelam nas remunerações indiretas, como auxílio-saúde (recebido por 36% dos sindicalizados e por 20,3% dos não sindicalizados) auxílio-alimentação (63,9% e 49,3%, respectivamente) e auxílio-transporte (54,4% e 49,1%).

Com a reforma trabalhista, que tornou a contribuição sindical facultativa, ganha caráter vital a conscientização dos trabalhadores para a importância de continuarem mantendo um sindicato forte para representá-los na negociação de acordos coletivos e em outras situações que a reforma trabalhista os deixe fragilizados.

Para Vargas Netto, “as grandes campanhas de sindicalização não podem ser apenas campanhas de esclarecimento e mobilização; devem ser também campanhas que ofereçam e produzam resultados imediatos para as categorias e agreguem valor à ação sindical”. ●

AMPLIAR SINDICALIZAÇÃO,



"Sindicatos fortes"

A Central Única dos Trabalhadores é a central que tem o melhor índice de sindicalização no Brasil, do setor industrial ao rural. O trabalhador que paga mensalidade confia na Central e no seu sindicato, que tem como obrigação básica defender as condições de trabalho, renda e a qualidade de vida. Para estimular mais ainda a sindicalização, a CUT vai criar coletivos estaduais em todo o país e organizar mutirões. É preciso combater o desemprego, a crise econômica criada pelos golpistas, a corrupção, a reforma trabalhista e o fim da aposentadoria. Para fazer todas estas lutas, precisamos de sindicatos fortes. Sem luta, não teremos dinheiro e sem dinheiro não teremos conquistas trabalhistas e sociais.



Vagner Freitas, presidente nacional da CUT



"A luta faz a lei"

Qualquer entidade que queira representar bem e amplamente sua categoria tem, antes de tudo, que lutar por ela e não fazer de conta que está lutando - quando na verdade está traindo os interesses da classe operária, como aconteceu na greve geral de 30/6/2017, aprovada por todas as centrais sindicais. Alguns setores do movimento sindical anunciaram na mídia e redes sociais, antes mesmo de 30/6, que não ia ter greve. E aproveitaram para negociar com Temer uma medida provisória em troca dos nossos direitos. Traíram os trabalhadores de forma vergonhosa, deixaram que fosse aprovada a retirada de direitos e a destruição da CLT para acreditar em um presidente 'corrupto, entreguista e mentiroso'. Para ampliar sua representatividade, a entidade tem que lutar, não se abater, e ir até as últimas consequências na defesa dos nossos direitos. Caso contrário, vai minguar e ficar no lixo da história. Por isso, a CGTB está unida à luta dos metalúrgicos, pregando desobediência civil contra essa lei de escravidão de Temer.



Ubiraci Dantas de Oliveira, o Bira, presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil



"Sem estrangulamento"

A Força já realizou vários encontros com suas entidades filiadas, e todas têm pleno conhecimento dos malefícios que as mudanças vão trazer para os trabalhadores, e para elas próprias, com o fim da contribuição sindical, que mantém a estrutura sindical em funcionamento. Todos serão prejudicados, e algumas entidades poderão até ter de encerrar suas atividades. Então, é importante que intensifiquemos nossa luta por alterações pontuais no texto original da reforma, de forma que o financiamento sindical não seja estrangulado - o que vai resultar numa enorme desigualdade nas negociações com o patronal. Da mesma forma, é preciso intensificar o trabalho objetivando a ampliação do quadro associativo de cada entidade - para o fortalecimento da categoria, da luta sindical, da própria entidade - e a manutenção de direitos e novas conquistas.



Paulo Pereira da Silva, Paulinho - Presidente da Força Sindical e deputado federal



Seminários e campanhas

De olho no futuro, porém, sem descuidar do presente e com uma bagagem experiente de 12 anos de atuação, a Nova Central Sindical de Trabalhadores entende que atual conjuntura social, política e econômica exigirá, das entidades sindicais, cada vez maior aproximação com seus representados para fazer a disputa de narrativa e ampliar o quadro associativo. Com esse objetivo, organizaremos seminários em todos os Estados e orientaremos as entidades filiadas a divulgarem amplamente os impactos negativos que a Lei 13.467/2017 (reforma trabalhista) trará para os trabalhadores (as) assim que passar a vigorar (em 11 de novembro). Também orientaremos as filiadas a lançarem o mais rápido possível campanhas de sindicalização. De 0 a 10, nota oito para a importância de impulsionar a sindicalização. Os dois restantes vão para o poder de mobilização.



José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores

O DESAFIO DAS CENTRAIS



"Voltaremos mais fortes"

O fim do imposto sindical vai ser cruel para os trabalhadores. Nunca aconteceu isso no Brasil. É a primeira vez que um tributo institucionalizado pela Constituição é eliminado por um Congresso desmoralizado por denúncias de corrupção - em parceria com boa parte da elite empresarial e financeira. E sob as bênçãos do presidente Temer, que passará para a história como o maior destruidor de direitos dos trabalhadores brasileiros. Teremos momentos muito difíceis, com certeza, a partir do dia 11 de novembro, quando passa a valer a reforma trabalhista. Mas vamos, sem dúvida nenhuma, encontrar caminhos de recomeçarmos a nossa história. E voltaremos muito fortes. O trabalhador terá de novo a sua representação. E o Brasil ganhará um sindicalismo que exigirá a reforma do Estado e o fim da corrupção.

Ricardo Patah, presidente nacional da União Geral dos Trabalhadores



"Precisamos dar o troco"

Com a entrada em vigor da Lei da Reforma Trabalhista, os sindicatos no Brasil terão que propagar mais as suas ações e mostrar aos trabalhadores que as conquistas das Convenções Coletivas são resultados de muita luta por parte dos representantes sindicais - e não benesses dos patrões. Precisamos dar o troco aos escravocratas que impuseram a reforma trabalhista para precarizar os direitos. Vamos ampliar nossa mobilização para fortalecer a luta dos trabalhadores. Sindicatos deverão se unir para garantir e conquistar mais direitos. Eles serão protagonistas, deverão criar instrumentos de defesa para preservar e não permitir que as convenções se tornem descalabro. Essa pode ser a grande virada do movimento sindical. Esse é o momento certo para darmos um grande salto na qualidade das relações entre sindicato e os trabalhadores."

Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros



Fortalecimento

A contrarreforma trabalhista é um atentado contra o Direito do Trabalho, a CLT e a própria Constituição de 1988. Para que se transforme em realidade faz-se necessário golpear as entidades sindicais. Foi com este objetivo que entre as mudanças introduzidas na legislação trataram de incluir o fim da Contribuição Sindical. Fortalecer os sindicatos é, portanto, pressuposto para a boa condução da luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Enfraquecê-los, como é claramente o propósito da contrarreforma trabalhista sancionada por Temer, significa reduzir ou fragilizar a capacidade de resistência e luta das categorias, o que beneficia os interesses do capital em detrimento do trabalho. Por esta razão, desde sua fundação, a CTB sempre defendeu a Contribuição Sindical, assim como a unidade e tomou posição firme em oposição às mudanças propostas e impostas pela direita neoliberal e seu governo ilegítimo. Urge realizar uma ampla campanha de conscientização contra a tentativa de desmonte da organização sindical.

Adilson Gonçalves de Araújo, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil



"Intensificar resistência"

A independência de classe, política e financeira, frente aos patrões e aos governos é um dos pilares do sindicalismo classista e combativo. O exercício e o direito à sindicalização espontânea sempre pautou nossa atuação e deve, mais do que nunca, seguir sendo prioridade estrutural de sustentação de nossas entidades. O capitalismo sempre coibiu esse direito, no Brasil e no mundo. No chão da fábrica, a ditadura nunca acabou e leis como a que permite demissão imotivada em nosso país coroam, via Estado, a permanente ofensiva deles contra nossas organizações. Nenhum governo alterou essa lamentável situação, nenhum. Frente aos ataques, como a reforma trabalhista, é hora de intensificar a luta, a resistência e, neste caso, também a sindicalização.

Atnágoras Lopes, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas



NOVO CÓDIGO DE TRABALHO EXIGE "NOVO SINDICALISMO"

Por Marcos Verlain

A nova lei que passa a valer a partir de meados de novembro, que altera profunda e extensamente as relações de trabalho e a organização dos trabalhadores, impõe ou exige "novo tipo" de sindicalismo. Novo tipo, assim entre aspas, porque em grande medida esse "novo" ao qual me refiro não é novo. É até bastante antigo. É que foi abandonado e precisa ser resgatado, a fim de reinventar o sindicalismo brasileiro.

O sindicalismo que perdura até o momento e levou xeque-mate com a aprovação da Lei 13.467/17 - que, entre outras mazelas, restringe o acesso à Justiça do Trabalho, retira poderes e atribuições dos sindicatos, amplia a negociação coletiva sem o limite ou a proteção da lei e adota novos modelos de contratos de trabalho, em especial, o autônomo exclusivo e o intermitente - é resultado de décadas de práticas viciadas, que retiraram o conteúdo de classe social do movimento sindical.

Para entender os problemas que levaram à derrota do sindicalismo no Congresso Nacional, com a aprovação da Reforma Trabalhista, recorro ao sociólogo, cientista social e professor da Unesp (Universidade Estadual de São Paulo) Campus de Marília (SP), Giovanni Alves. Ele, que foi dirigente sindical bancário na década de 1980, diz que a prática no movimento sindical ainda é "artesanal". Esta crítica é de 2010. Em evento do que participei como palestrante em Maceió, em 2010, o professor fez uma exposição em que elencou o que chamou de "misérias do sindicalismo": 1) a fragmentação, 2) o corporativismo, 3) o burocratismo e 4) o economicismo. Todos estes "ismo" levaram ao aprofundamento da crise que ora acomete o sindicalismo brasileiro. Estes desvios minaram o movimento sindical. A

Resgata-se o sindicalismo de classe em detrimento do sindicalismo de categoria. O Novo Código de Trabalho que substitui a CLT a partir de 11 de novembro de novembro, confronta não essa ou aquela categoria de trabalhadores, mas toda a classe trabalhadora.



Marcos Verlain, jornalista, analista político e assessor parlamentar do Diap

fragmentação tirou a força e vitalidade dos trabalhadores e suas organizações; o corporativismo exauriu o sentido de classe da luta dos assalariados, fazendo-os olhar apenas para os problemas da categoria profissional ou econômica; o burocratismo diminuiu consideravelmente a ação sindical na base e fez as organizações menos presentes nas lutas mais sensíveis dos trabalhadores; e o economicismo despolitizou a luta ou agenda sindical fazendo com que os trabalhadores se comportassem apenas como categorias e não como classe social, em busca apenas de recuperar perdas ou ampliar vantagens econômicas. Agendas legítimas, mas sempre insuficientes no tempo e nos espaços políticos e sociais da classe trabalhadora.

Estas mazelas (todas juntas e misturadas) fizeram o sindicalismo atuar e movimentar-se sem conteúdo político, sem consciência e organização de classe, que redundou no seu enfraquecimento nos planos social e político. Talvez o exemplo mais evidente disto seja a perda de representação política nas casas legislativas - câmaras de vereadores (municípios), assembleias legislativas (estados) e o Congresso Nacional (deputados e senadores). Ao mesmo tempo em que vimos representantes dos empresários aumentarem exponencialmente, em particular no Legislativo federal.

Sair do "muro das lamentações" e enfrentar essas "misérias" podem ser as primeiras iniciativas para o movimento sindical iniciar a transição para o "novo sindicalismo", que, repito, não é novo. É o sindicalismo que foi abandonado e precisa agora ser resgatado e revigorado.

Refiro-me ao resgate do sindicalismo de classe em detrimento do sindicalismo de categoria. Porque o Novo Código de Trabalho que vai substituir a CLT, a partir de novembro, confronta não essa ou aque-

la categoria de trabalhadores, mas toda a classe trabalhadora e suas organizações, do sindicato à central sindical.

O sindicalismo pós Reforma Trabalhista precisa entender o que está efetivamente em disputa. A burguesia brasileira, cuja face se faz conhecida pelo que chamamos eufemisticamente de mercado, não aceita mais que o Estado financie políticas públicas de empoderamento dos mais pobres. O orçamento público, na compreensão do mercado, não mais será para financiar políticas sociais para diminuir o profundo e extenso fosso social que separa os ricos dos pobres. O fim da política de atualização e recuperação do salário mínimo é um bom exemplo. O “novo sindicalismo” vai precisar enfrentar a contradição entre o coletivo e o individual. A luta dos trabalhadores será cada vez mais coletiva, em contraposição a um código que quer impor negociações individuais, específicas, separadas e descoladas das organizações, os sindicatos. E de outras agendas, como a que congela, em termos

reais, os gastos públicos por 20 anos. Questionar e confrontar esta agenda regressiva faz parte da luta do movimento sindical. Mostrar aos trabalhadores que essa agenda nos enfraquece é tarefa urgente e fundamental.

O que quero dizer é que a luta dos metalúrgicos, por exemplo, interessa aos comerciários, que interessa aos bancários, que interessa a todos os trabalhadores, porque uma retroalimenta a outra economicamente e politicamente. Trocando em miúdos. A vitória econômica dos metalúrgicos fortalece os comerciários, pois aquece a economia. E, se bem organizada e politizada, fortalece a classe para uma disputa mais avançada, que é a disputa político-eleitoral para eleger representantes às casas legislativas, espaços cujos trabalhadores estão sub-representados e que, portanto, carecem de serem ocupados por representantes dos assalariados para defender a agenda da classe trabalhadora, em particular, e a do povo em geral.

ENTENDA AS MUDANÇAS

O livro “A face sindical da Reforma Trabalhista”, de autoria da advogada e membro do corpo técnico do DIAP, Zilmara Alencar (foto) que faz parte da série “Estudos Técnicos do DIAP”, foi lançado em 26/9. Talvez seja, até o momento, a mais completa análise sobre a Lei 13.467/17, em vigor a partir de meados de novembro de 2017.



Aqueles que quiserem adquirir o livro devem entrar em contato com o escritório de Zilmara Alencar: (61) 3033-8835; celular/whatsapp: +55 (61) 98198-7910; ou no endereço: SCN, Q. 2, Lote D, Ed. Liberty Mall, Bloco B, Sala 930, Brasília.

A publicação traz comparações entre a CLT e a nova lei, com comentários para os dirigentes sindicais a fim de que possam entender a profundidade e extensão das mudanças nas relações de trabalho que o novo Código do Trabalho deverá impor aos trabalhadores e suas organizações.



“O livro da doutora Zilmara Alencar auxilia não só na compreensão do real alcance e perversidade das mudanças, mas, também, a organizar a resistência à precarização do trabalho diante das alterações trazidas pela Lei 13.467/17 - que afetarão de forma negativa a vida do cidadão, que está sendo ‘encurralado’ a pactuar isoladamente”, escreve o presidente do DIAP, professor Celso Napolitano, na apresentação do livro.

A reforma trabalhista afeta as três fontes do Direito do Trabalho: 1) a lei, em sentido amplo; 2) a sentença normativa; e, 3) a negociação coletiva. Além disso, dificulta o acesso à Justiça do Trabalho, fragiliza política e financeiramente as entidades sindicais, além de retirar a proteção trabalhista e sindical de milhares de trabalhadores, desequilibrando, em favor do capital, as relações de trabalho.

Este livro, portanto, tem o propósito de esclarecer e ajudar a entender a profunda e extensa mudança que o novo Código de Trabalho vai impor às relações de trabalho e à organização sindical.

APLICATIVO É BOM, MAS QUANTO MAIS É USADO, MAIS GENTE PERDE O EMPREGO

Você tem um telefone celular? É claro que sim. Afinal, quem vive sem um desses hoje em dia? É igualmente certo que você tem pelo menos um punhado de aplicativos instalados nele. Também não é preciso uma bola-de-cristal para saber que você usa o WhatsApp para se comunicar com outras pessoas por texto e por áudio. Você já parou para pensar que quanto mais você usa esse app, mais gente perde o emprego nas empresas de telefonia?

Para que um agente de viagens se você mesmo pode comprar uma passagem em promoção do site da companhia aérea, ou pelo Decolar e, ainda por cima, escolher o hotel no Trivago? Esses profissionais do turismo também perderam seus empregos sem que você notasse sua falta ou se importasse com eles. Você está mais preocupado em pedir uma pizza pelo aplicativo sem ter que falar com um atendente para anotar o pedido. Certo? O mesmo está acontecendo agora com os taxistas e, assim como nos exemplos acima, ninguém parece preocupado com o fato de que seu ganha-pão esteja sendo ameaçado por aplicativos – dos quais o mais famoso e bem-sucedido é o Uber. Não é para menos. Quem não quer pagar menos que um táxi para andar de automóvel em vez de num ônibus? A maioria dos usuários elogia, pois, além do preço, existe a comodidade de chamar um carro sem gastar com telefonema e saber de antemão quanto vai pagar. Além do mais, quem vai ser contra uma inovação tecnológica?

Doutorando na Universidade Princeton, no Estados Unidos, e estudioso de história urbana e história da ciência e tecnologia, o brasileiro Patrick Sullivan de Oliveira é um deles. “Talvez ele [o Uber] seja o melhor exemplo que temos atu-



OS MOTOBOYS ENFRENTAM “SITUAÇÃO DE ESCRAVIDÃO”

As empresas de aplicativos de motofrete também estão impondo o mesmo tipo de condições de trabalho aos moto-boys. “Essas empresas estão submetendo a categoria a uma situação precária e de escravidão”, protesta o presidente do SindimotoSP, Gilberto Almeida Santos, o Gil. “Essas empresas deixam de pagar o salário base da categoria, adicional de periculosidade, aluguel da moto, Vale-Refeição e cesta-básica, entre outros direitos trabalhistas”, acrescenta. “É preciso ter um equilíbrio e não a exploração desmedida que está acontecendo.

Dois deputados estaduais paulistas, Igor Soares (PTN) e Campos Machado (PTB) apresentaram projetos para proibir a atuação desses aplicativos. “Uma empresa chega aqui, explora os trabalhadores e, pior, aniquila toda uma categoria profissional, que possui uma longa história e que é regulamentada”, diz Machado. “Não podemos cruzar os braços diante desta realidade cruel.” Em 6 de setembro último, a Câmara Municipal de São Paulo realizou audiência pública para discutir a situação dos aplicativos de motofrete na cidade. O setor espera uma solução.

almente de um capitalismo desenfreado, abastecido por enormes reservas de capital, que primeiro destroem a competição para depois monopolizar o mercado”, escreveu ele em artigo na revista Carta Capital. “Com um exército de lobistas e de advogados, o Uber vem penetrando mercados de maneira beligerante, curvando governos municipais aos seus desejos e colecionando multas por não dar ouvidos aos reguladores.”

E quem paga essas despesas todas (e ainda lucrando muito) com

preços mais baixos? Essa conta é espetada nas costas dos motoristas desses aplicativos, que rodam muito e ganham pouco – geralmente sem colocar na ponta do lápis depreciação do veículo, nível de consumo de combustível e manutenção básica, entre outros fatores que custam muito dinheiro. Sem direitos trabalhistas e sequer um reconhecimento profissional específico, são um exemplo bem-acabado do que se costuma chamar de precarização do trabalho.



SERÁ QUE SUA PROFISSÃO VAI RESISTIR AO AVANÇO DA TECNOLOGIA?

— Telefonista?

— Pois não.

— A senhora pode por favor fazer uma ligação para Aracaju? O telefone é 55-5555.

— Claro. Coloque o fone no gancho, por favor. Quando eu completar a ligação, eu chamo. Aguarde porque deve demorar um pouco.

Duas horas depois, o telefone toca, e a telefonista fala:

— Pode falar. A pessoa em Aracaju está na linha.

Até o final dos anos 60, telefonar para outra cidade era assim. Era preciso que uma pessoa (a telefonista) intermediasse a conexão, que podia demorar horas. Famílias ficavam imóveis esperando o telefone tocar para um simples interurbano. Nessa época, não faltavam oportunidades de trabalho para telefonistas, à medida que a população crescia e mais gente tinha telefone em casa. Era uma profissão de futuro até a invenção do conhecido DDD (Discagem Direta à Distância), quando se tornou possível discar para qualquer lugar, sem intermediários. Milhares e milhares de telefonistas perderam o emprego

e não sabiam mais o que fazer para garantir a sobrevivência. Esse, porém, é só um exemplo de diversas profissões que desapareceram – simplesmente entraram em extinção – por causa dos avanços da tecnologia. Alfaiates, costureiras e sapateiros foram dizimados. Outras vêm adiante, como carteiros, arquivistas, digitadores (ou datilógrafos), relojeiros e corretores de imóveis. Hoje, uma nova onda de mudanças tecnológicas está pondo fim a uma série de profissões, deixando muitos trabalhadores na mesma situação das telefonistas. É o caso dos cobradores de ônibus, que têm os dias contados. “Estive recentemente na China, e lá a pessoa paga a passagem com reconhecimento facial ou passando o celular na catraca. Não é preciso ter uma pessoa no ônibus

cobrando. E isso vai acontecer aqui também”, prevê o secretário de Inovação e Tecnologia da prefeitura de São Paulo, Daniel Annenberg, em entrevista à Mundo Sindical.

“Mas é preciso pensar sempre no ser humano”, acrescenta o secretário. “O que essa pessoa vai fazer se deixar de ser cobrador de ônibus, por exemplo, para que ela não fique desamparada?”, questiona. Esse é um desafio no Brasil de hoje, com 13 milhões de desempregados e em meio a uma das piores crises econômicas da história e sem políticas públicas para acompanhar as mudanças. Segundo José Figueiredo, presidente no Brasil e vice-presidente na América Latina da consultoria LHH, todas as forças de trabalho que podem ser eficientemente substituídas por máquinas cedo ou tarde vão desaparecer. “É o caso dos caixas de banco, cada vez menos procurados em função dos dispositivos eletrônicos”, disse ele ao portal do jornal O Globo. Por outro lado, há profissões que tendem a crescer, como a de cuidador de idosos (diante da expectativa de vida cada vez mais alta). Sem bola-de-cristal, o desafio agora é adivinhar o melhor caminho para continuar trabalhando – e achar um espaço profissional neste mundo novo. Não vai ser um caminho fácil. ●





"TOMAMOS POSSE COM A CONSCIÊNCIA DO GRANDE DESAFIO QUE TEREMOS", DIZ NOVO PRESIDENTE MIGUEL TORRES

A situação política e econômica do país e a retirada de direitos dos trabalhadores marcaram o discurso de Miguel Torres ao assumir, em 25 de agosto, a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. Ele defendeu a necessidade urgente de levar essas questões às bases, para serem discutidas por todos os trabalhadores. A cerimônia de posse dos membros da nova diretoria do sindicato, eleita para o mandato de 2017 a 2021, foi realizada na sede da entidade, no bairro da Liberdade, em São Paulo. O auditório estava tomado por trabalhadores da categoria, familiares dos diretores, políticos e representantes de outras entidades sindicais. A nova diretoria empossada tem 61 membros. Numa referência às reformas em curso, executadas pelo governo Temer, Miguel Torres foi incisivo: "Tudo foi premeditado. O Brasil está sendo vendido e entregue ao poder econômico. Mesmo assim, os trabalhadores não vão para as ruas para colocar o governo na parede. Temos que levar essa discussão para a base, porque

estão vendendo nosso patrimônio. Temos que puxar essa questão do nacionalismo."

O novo presidente comentou ainda o duro caminho a ser percorrido. "Tomamos posse com a consciência do grande desafio que temos pela frente, diante dos ataques aos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais e das tentativas de enfraquecimento da representação sindical. Reafirmamos o compromisso de lutar e defender os direitos da categoria metalúrgica e de toda a classe trabalhadora, com diálogo, unidade na luta e participação efetiva nas questões nacionais que mexem com a vida da população."

Aldo Rebelo, ex-ministro da Defesa, da Ciência e Tecnologia, do Esporte e das Relações Institucionais (atual Secretaria de Governo) nos governos Lula e Dilma, destacou a história que o sindicato tem na luta em benefício dos trabalhadores e lembrou a greve de 1983. "Foi a primeira greve geral do Brasil na véspera da redemocratização. Eu lembro do Medeiros (Antonio Medeiros, hoje 3º vice-presidente do sindi-

cato) com o carrinho de som iniciando a campanha das Diretas Já. Na época, as pessoas falavam que esse sindicato teve um papel de protagonista. E continua tendo protagonismo, agora na liderança do Miguel Torres."

Na mesma linha discursou o deputado federal Orlando Silva (PCdoB- SP), destacando a luta e a importância do Sindicato dos Metalúrgicos em prol dos direitos dos trabalhadores em momento tão delicado, com a aprovação da reforma trabalhista e da possível aprovação da reforma da previdência. "Esse sindicato não é apenas uma entidade sindical. É uma instituição do Brasil. Esse sindicato esteve presente em defesa dos trabalhadores em vários momentos importantes", disse o deputado.

Com 59 anos, completados em 1º de outubro, Miguel Eduardo Torres é sócio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes desde 1982, com longa lista de serviços prestados à entidade e de lutas em defesa dos trabalhadores. É casado e pai de três filhas. Trabalhar na área metalúrgica desde 14 anos.

CAMPANHA SALARIAL

Cerca de 5 mil trabalhadores metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes participaram em 15 de setembro da assembleia de abertura da Campanha Salarial 2017 e aprovaram a pauta de reivindicações

a ser entregue à Fiesp e demais grupos patronais. "A campanha será difícil, mas os metalúrgicos têm coragem, não fogem da luta e enfrentarão de cabeça erguida os desafios para reconquistar o

que a lei trabalhista irá tirar", disse Miguel Torres. A campanha Salarial 2017 é unificada e reúne 53 sindicatos de metalúrgicos ligados à Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo e à Força Sindical, representando cerca de 690 mil trabalhadores. A data-base é 1º de novembro.

CERIMÔNIA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA TEM AUDITÓRIO LOTADO

Com casa cheia, tomou posse, em 25 de agosto, no Palácio do Trabalhador, a diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes. A cerimônia teve a presença do deputado federal Orlando Silva, do ex-ministro Aldo Rebelo, de Cláudio Magrão, presidente da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo, de Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, e de outros dirigentes sindicais.



Palácio do Trabalhador totalmente tomado pelos trabalhadores metalúrgicos



Miguel Torres, presidente eleito do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, fala na abertura da cerimônia de posse na sede da entidade



(da esq. para dir.) Miguel Torres; José Luiz Ribeiro, titular da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho de São Paulo; Sérgio Luiz Leite, da Federação dos Químicos



Luiz Antonio de Medeiros, 3º vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical



O 5º vice-pres. do Sindicato dos Metalúrgicos de SP, Valdir Pereira da Silva, recebe carteira do sindicato



Paulo Pereira da Silva recebe sua carteira do sindicato das mãos do ex-ministro Aldo Rebelo



Claudio Magrão, presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo



Ex-ministro Aldo Rebelo



Deputado estadual Antonio Ramalho



Deputado federal Orlando Silva



SANTAS MÃOS

Cuidar de nossa saúde é a missão dos massoterapeutas

Todo mundo tem uma câmera fotográfica no celular. Uma filmadora também. Todo mundo que quiser pode tirar uma carteira de habilitação e sair dirigindo. Qualquer um com um pouco de sensibilidade pode usar as mãos para fazer uma massagem num filho ou na pessoa amada. No mundo de hoje, porém, ficam perguntas. Uma câmera faz um fotógrafo? Uma carta faz um motorista? Um par de mãos sensíveis faz uma massagem terapêutica?

Se você disse não para as três perguntas acima, considere-se uma das poucas pessoas que sabem diferenciar um amador de um profissional. Fotógrafos sofrem com a desvalorização, assim como taxistas. Pela mesma razão não se pode confundir quem faz uma massagem agradável com um massoterapeuta – profissional da área da saúde com formação, treinamento e habilitação para a prevenção e tratamento de problemas por meio de variadas técnicas de massagem.

Shiatsu, do-in, reflexologia, rolfing e quiropraxia são apenas alguns exemplos das inúmeras técnicas orientais e ocidentais consagradas em todo o mundo como forma eficiente de terapia com o uso das mãos. Isso não significa, no entanto, que os massagistas clássicos não sejam bons profissionais. A diferença mais importante está no tempo de estudo, muito maior na

massoterapia. Não fossem importantes, os massagistas não seriam tão presentes no atendimento de atletas no futebol e outros esportes.

O problema é que a vulgarização do termo massagista só prejudicou a imagem dos profissionais da área. As chamadas casas de massagem, popularizadas no final dos anos 70, e a deturpação erótica da massagem tailandesa, só fizeram manchar a reputação de terapeutas sérios. Importada do castelhano, e após bastante trabalho, a palavra massoterapia foi oficialmente incluída na língua portuguesa e ajudou a separar o joio do

trigo na imagem dos profissionais. Foi ainda o primeiro grande passo na consolidação de uma categoria profissional.

“Com a definição do termo massoterapia em todo o Brasil e em outros países, começamos a estruturar a nossa categoria profissional, diferenciada e expressiva”, afirma o presidente do Sindicato Nacional do Terapeutas Naturistas (Sinaten), Milton Alves. “Trata-se de um corpo de profissionais que utiliza seus conhecimentos da técnica aplicada como recurso e instrumento de trabalho: as mãos, como extensão do coração, e tendo como princípio o cuidar.”

ORIENTAIS TROUXERAM AS TÉCNICAS AO BRASIL

A massagem já era praticada no ano 2.800 a.C. pelas antigas civilizações chinesa, japonesa, egípcia, persa e grega. Com a imigração dos orientais para o Brasil no início do século 20, vieram muitos práticos e médicos, que introduziram na sociedade brasileira as técnicas de massagem como instrumental terapêutico.

Os conhecimentos cresceram ao longo do tempo, e a experiência foram passando de geração em geração. O mundo

moderno, no entanto, passou a exigir uma sistematização maior dos conhecimentos e uma habilitação formal. Com o aumento da procura por profissionais cada vez mais qualificados, houve a necessidade de aperfeiçoamento do massagista. Após um longo processo, o termo massoterapia entrou nos dicionários brasileiros em 1985. Era a consolidação de uma profissão, não mais apenas uma prática.

Fonte: Sinaten

Acordo com INSS

Cerca de 500 mil trabalhadores paulistas de quatro categorias profissionais terão a opção de pedir aposentadoria e outros benefícios diretamente aos seus sindicatos, sem precisar encarar meses de espera por atendimento da Previdência Social. Os primeiros sindicatos a assinarem os acordos de cooperação com o INSS são: Sindpd (trabalhadores de tecnologia da informação), Sinpro-SP (professores de escolas privadas), SindMetal (metalúrgicos de Osasco e região) e Saesp (administradores do Estado de São Paulo). O atendimento aos associados dessas entidades deverá começar a funcionar até o final deste ano, beneficiando imediatamente 228 mil trabalhadores já sindicalizados. Se considerados aqueles que ainda não estão filiados, poderão ser atendidos até 513 mil profissionais, de acordo com as entidades. O segurado que optar por solicitar a aposentadoria diretamente ao sindicato terá a documentação digitalizada por um profissional treinado pelo INSS. (Fonte: Folha de S.Paulo)



Sindvestuário



O Sindicato do Vestuário de Guarulhos tomou em 7/9 decisão importante para este momento em que, diante das mudanças impostas pela reforma trabalhista, se tornou imprescindível buscar o fortalecimento do sindicalismo no país. Filiado a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros), o Sindvestuário Guarulhos, reunido em assembléia (foto), tomou a dianteira e aprovou a manutenção do desconto de um dia de trabalho sobre os salários de março de cada ano a título de contribuição para o financiamento da atividade sindical. “Agora vamos notificar as empresas para cumprirem a decisão dos trabalhadores”, afirmou Álvaro Egea, o presidente do sindicato. Pela reforma trabalhista, ficou estabelecido que o desconto da contribuição sindical anual exige prévia e expressa autorização dos trabalhadores. “Portanto, a contribuição sindical não foi extinta”, conclui Egea.

Guarda-vidas

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara aprovou o substitutivo do relator Felipe Bornier (Pros-RJ) ao Projeto de Lei 4887/16, do deputado Cabo Daciolo (Avante-RJ), que fixa regras para o exercício da profissão de guarda-vidas, treinados para evitar afogamentos. Pelo texto, eles terão direito à adicional de insalubridade de 40% sobre o salário quando exercerem a atividade em exposição direta ao sol. Para o exercício da profissão, a condição será a comprovação de conclusão do ensino médio, e a duração normal do trabalho do guarda-vidas será de 40 horas semanais. (Fonte: Reportagem - Lara Haje/Edição - Marcia Becker)



‘Conhecer para cooperar’



O Projeto “Conhecer para Cooperar - Governança, Estratégia e Gestão de Cooperativas de Saúde - conceitos essenciais e desafios”, idealizado pelo Sistema OCB, conta com a parceria da Faculdade Unimed – que é a Instituição de Ensino Superior do Sistema Unimed – para a disseminação do conhecimento sobre o modelo cooperativo de saúde. O programa visa

promover a “educação cooperativista” de grupos estratégicos da sociedade, em especial representantes do Poder Executivo, muitos dos quais atuam como formuladores de políticas públicas e regulações do sistema de saúde brasileiro. (Fonte: Bárbara Mazoni/UNIMED) ➡

Campanha

A CUT lançou em setembro uma campanha para denunciar deputados (as) e senadores (as) que considera “traidores”, por “votarem em projetos que retiram direitos sociais e trabalhistas”. Fotos e nomes desses parlamentares já circulam em cidades paulistas estampados em cartazes, lambes-lambes (pôsteres para muros), em memes nas redes sociais e num jornal impresso. Os materiais incentivam as pessoas a não votar nesses parlamentares. Um das cidades que já recebeu esse material é Mogi das Cruzes, que sediou na manhã de 19/9 um encontro de militantes na sede do Sindicato dos Bancários da região *(foto)*.



Servidores

O Sindicato dos Servidores Municipais de Guarujá (Sindserv), que representa 6 mil trabalhadores da ativa e 2 mil aposentados, formalizou em 19/9 sua filiação à Força Sindical (FS). A solenidade *(foto)* aconteceu no Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, Montagem e Manutenção Industrial de Santos, baixada e litoral (Sintracomos). O Sindserv é presidido por Márcia Rute Daniel Augusto. E o Sintracomos, por Macaé Marcos Braz de Oliveira, coordenador da central na região. Diversos dirigentes nacionais e estaduais da FS participaram do ato, incluindo o secretário-geral nacional, João Carlos Gonçalves 'Juruna' e o presidente estadual, Danilo Pereira da Silva.



Padeiros

A nova diretoria *(foto)* do Sindicato dos Padeiros de São Paulo - filiada à União Geral dos Trabalhadores (UGT) - para gestão 2017 a 2021 foi eleita em setembro com 11.587 votos, garantindo 97% do apoio dos padeiros, confeiteiros e balconistas associados que compareceram às urnas. Foram apenas 260 votos brancos e 60 nulos em um total de 11.907. Para o presidente reeleito, Chiquinho Pereira, foi uma vitória significativa. Ricardo Patah, presidente da UGT, falou do papel fundamental do Sindicato dos Padeiros na luta em defesa dos direitos dos trabalhadores.



Resistência



A Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, participou, em 05/09, do lançamento oficial do Movimento Resistência - Por um Brasil

Melhor! A cerimônia, realizada no Hotel Nacional em Brasília- Distrito Federal, reuniu lideranças sindicais (nacionais e internacionais); jurídicas; da sociedade civil; e especialistas em Direito do Trabalho e Previdenciário. Liderado pelo FST (Fórum Sindical dos Trabalhadores), entidade que reúne 22 Confederações de Trabalhadores do setor público e privado, o movimento nacional visa combater retrocessos resultantes das chamadas “reformas” do governo, em especial a trabalhista e a previdenciária.

Domésticas

Apesar de atender a uma demanda histórica da categoria, reconhecendo o trabalho doméstico como atividade profissional, com os devidos direitos trabalhistas, a Lei Complementar nº 150, de junho de 2015, está longe de ser cumprida. A constatação foi feita durante o seminário Lutas e Desafios das Trabalhadoras Domésticas no Mundo do Trabalho, em São Paulo, promovido pelas secretarias da Mulher Trabalhadora e da Igualdade Racial da CUT-SP e CUT nacional. A Justiça do Trabalho não tem fiscais e, mesmo que tivesse, não poderia entrar nas residências para fiscalizar o cumprimento da norma. O resultado é uma lei que custa a sair do papel, ainda mais em tempos de crise. Tanto que o número de queixas tem aumentado nos dois últimos anos, passando de 7.953 para 9.928 apenas em São Paulo.



Emprego

O desemprego está caindo mais rapidamente do que o esperado, a ponto de o Bank of America Merrill Lynch projetar um índice de cerca de 12,4% até o final do ano. No trimestre encerrado em agosto, o total de vagas formais teve alta de 0,5%, com 153 mil postos abertos no setor privado; no período, a taxa de desocupação no país recuou para 12,6%, com 13,1 milhões de pessoas ainda em busca de um emprego. A melhora gradual no mercado de trabalho, ao lado de inflação e juros baixos e uma alta de confiança, deve estimular o crédito e o consumo e impulsionar o crescimento econômico em 2018.

Emprego 2

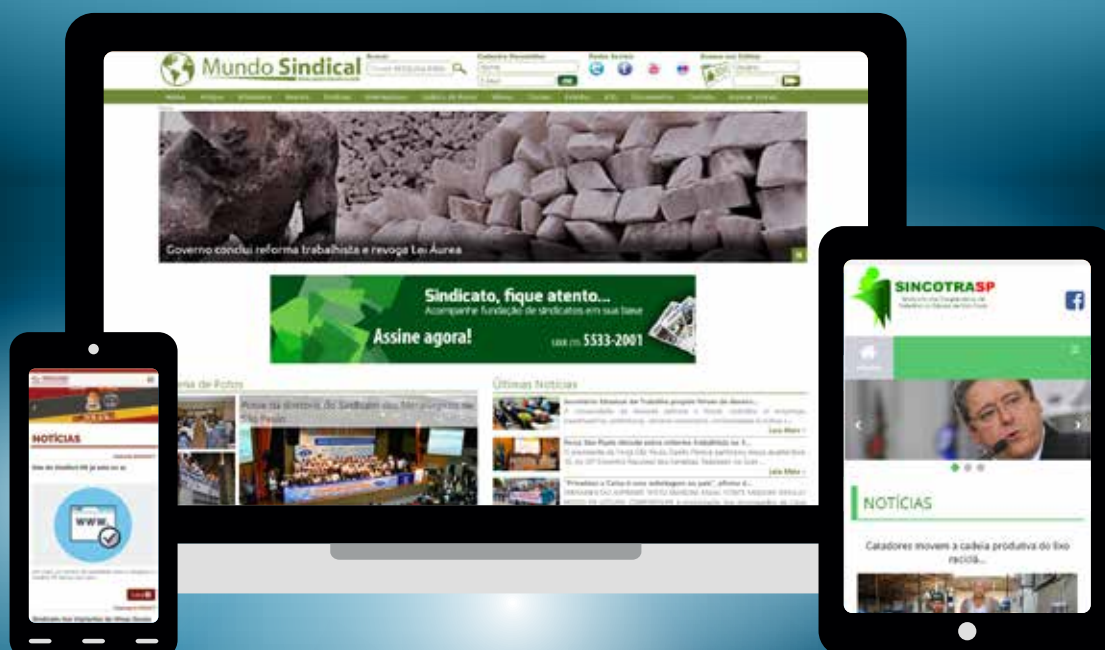
Mesmo assim, o desemprego continua assustador. E mais: o recuo da taxa é impulsionado pelo aumento das vagas sem registro formal de trabalho. De acordo com o IBGE, 7 em cada 10 novos empregos gerados são informais. A população ocupada aumentou em 1,37 milhão no período de junho a agosto passado, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, chegando a 91,06 milhões de pessoas, mas a maior parte das novas vagas de trabalho, porém, foram informais. “Quase 70% dos empregos gerados agora são na informalidade. Aconteceu isso em todas as crises”, afirmou o coordenador do IBGE Cimar Azeredo.



A Chapa da CTB venceu as eleições para a escolha da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU). Quatro chapas participaram da disputa. A Chapa 4 - da CTB -, intitulada “Alerta: Sindicato Somos To-

dos Nós”, obteve 32,71% dos votos; A Chapa 1 ficou com 28,08%; a Chapa 2, com 21,16%; e a Chapa 3, com 17,33% dos votos. No STU a eleição é proporcional. Como chapa vencedora, caberá aos dirigentes da CTB a coordenação-geral, que será ocupada por Marcílio Ventura, formado em geografia e funcionário da Unicamp desde 1983. Na última gestão, o dirigente foi secretário de Finanças do sindicato.

PRECISA DE UM SITE NOVO OU UM SISTEMA PRA O SEU SINDICATO?



Sites e Sistemas atuais
Design moderno
Tecnologia de ponta
Fácil manutenção



Facilitam o
contato com
associados
e clientes



Prático e
com maiores
resultados
nas buscas

NÓS PODEMOS AJUDAR!



Easy System
INFORMÁTICA

5533-2001 (São Paulo)
0800 771 1971 (outras localidades)

www.easysystem.com.br